



GT 059. Projeções Sociopolíticas e Agenciamentos Coletivos no Mundo Rural

Marisa Barbosa Araújo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Delma Pessapha Neves (Professor permanente do PPGA UFF) - Coordenador/a

Assistimos hoje, no mundo rural, a uma efervescência de processos e sujeitos distintos que, redelineando configurações, exprimem transformações nesse amplo universo social. Populações rurais vivenciam processos políticos que envolvem a redefinição de identidades e papéis sociais, pautados em direitos específicos ou fundamentais e na luta pela conquista de patrimônios materiais e imateriais. Outras, nesse mesmo quadro social, deslocam-se na tentativa de repor condições de vida sob relativa autonomia. Ou ainda gerenciam diversas restrições, por tais razões estimulando filhos a se constituírem por diferentes inserções produtivas. Esses investimentos exigem a construção de diversas formas de posicionamento político e inserção social, de articulações de saberes específicos, sobretudo construídos para a ação coletiva e para convivência em universos sociais em disputas. Essas populações têm ainda investido na produção de seus próprios mediadores, muitos destes, para tal exercício, negociando com porta-vozes de quadros institucionais. Interessa-nos reflexões e esquemas conceituais que permitam o entendimento da complexidade dos processos de transformação social no mundo rural, principalmente os que envolvem as construções identitárias, diferentes territorialidades, os modos e adequação e de reconfiguração produtiva e as formas de sociabilidade. Igualmente nos interessam processos que explicitem a fluidez de fronteiras e redefinições sociais pela elaboração de recursos de mediação.

A Servidão da Espera. Desenvolvimento e agricultura familiar numa comunidade cafeeira da Zona da Mata Mineira

Autoria: Paulo Augusto Franco de Alcântara

O sentido da espera é um marcador que, mesmo subsumido em outras categorias mais gerais, atravessa e constitui a história geral do campesinato de base familiar no Brasil. Trata-se da espera pela “modernidade”, pelo “progresso”, pela “dignidade” e, mais recentemente, pelo “desenvolvimento”. Essas noções foram/são elaboradas em planos multissituados da vida, interligando, de forma complexa e dinâmica, estado, economia e cultura local; deslocando e ressignificando, nos termos de José de Souza Martins, os regimes e sentidos da “servidão” do pequeno camponês aos modelos dominantes. Tendo como campo problemático geral as transformações contemporâneas no e do campesinato brasileiro, situo esse tema diante da possibilidade de inquirição etnográfica da chamada “agricultura familiar” na sua intercessão com a noção-tendência de “desenvolvimento rural”. Proponho assim fazer na contramão daquelas forças homogeneizadoras que tendem a comprimir e a reificar indivíduos, grupos e processos sociais à existência funcional e subserviente a processos hegemônicos, de cima para baixo. Para isso, frequentei, durante três anos, uma comunidade cafeeira da região do Caparaó, na Zona da Mata mineira, no intuito de conhecer e de me relacionar com as famílias de agricultores. Me aproximei e participei de suas construções cotidianas de sentidos e valores que colocam em evidência a agricultura familiar enquanto uma espécie de motor pensado na realização de um ideal de autonomia ligado à valorização da vida no campo por meio do advento de novas possibilidades de desenvolvimento social e econômico. Detive atenção sobre os sentidos e usos locais concedidos aos processos associados a um viver contemporâneo na agricultura familiar no modo em que esta é cotidianamente elaborada por meus interlocutores num contexto onde as políticas públicas setoriais aparentam ser centrais. E, afinal, são? Como essa expressão genérica assume concretude no domínio vivo das práticas e astúcias locais? Neste work, ao conceder enfoque analítico na perspectiva das relações com o



crédito subsidiado (PRONAF), pretendo apresentar algumas relações desses “beneficiários” com as técnicas, tecnologias e conhecimentos proporcionados pelas relações com essa política setorial. Procuo, assim, pensar os dispositivos temporais que conformam, contestam e estranham o sentido de “desenvolvimento” e de “agricultura familiar” no contexto estudado.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

